



Prestação de Contas Consolidadas

Exercício de 2016

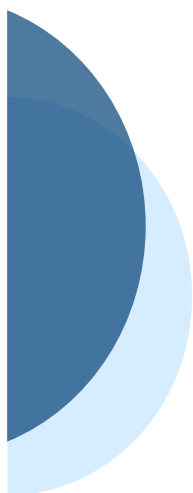


Município de S. Pedro do Sul



Os documentos de prestação de contas consolidadas incluem:

- Relatório de Gestão Consolidado
- Balanço Consolidado
- Demonstração de Resultados Consolidada
- Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados
- Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas



Relatório de Gestão Consolidado

Exercício de 2016



Município de S. Pedro do Sul

Índice

1. Introdução.....	1
2. Entidades Participadas	2
3. Perímetro de Consolidação	2
4. Métodos de Consolidação.....	4
5. Análise das Demonstrações Financeiras Consolidadas	4
5.1. Balanço Consolidado	4
5.2. Demonstração de Resultados Consolidada	6
5.3. Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados de Operações Orçamentais	9
6. Dívida Consolidada	10
7. Indicadores Económico-Financeiros.....	11
8. Factos Relevantes Após o Termo do Exercício.....	12

1. Introdução

Como consequência da densificação do quadro de atribuições e competências das autarquias locais nos últimos anos e do aumento da complexidade da gestão ao nível do poder local associada a um quadro legislativo complexo e com maior profundidade sectorial, verificou-se nas últimas duas décadas um crescimento muito significativo de formas de organização de cariz empresarial de iniciativa pública, sobretudo, por parte dos municípios. A criação ou participação em entidades de natureza ou gestão privadas foi vista como uma forma de agilizar e tornar mais eficiente a administração de áreas específicas de atuação das autarquias, trazendo também a vantagem, em muitos casos, de atrair contributos de parceiros privados para a gestão de sectores onde estes exercem um papel determinante ou detêm maior experiência.

O Município de S. Pedro do Sul aderiu, há já alguns anos, a parcerias com outros municípios e com agentes privados, integrando entidades de fins específicos ainda que com participações muito reduzidas, procurando obter ganhos associados à maior escala e à experiência de *players* estabelecidos no mercado há mais tempo. Numa fase posterior, os responsáveis pela gestão municipal entenderam criar um a empresa municipal, totalmente participada pelo município, com o objetivo específico de gerir a atividade termal de S. Pedro do Sul e os respetivos equipamentos, dando um grande passo no sentido da modernização e contribuindo para que o nível de gestão se aproximasse de entidades concorrentes de capitais parcial ou totalmente privados.

Este novo paradigma na organização das entidades públicas locais justificou a introdução de conceitos de consolidação de contas e de grupos municipais na gestão financeira das autarquias, face à necessidade de se produzir informação contabilística que contemplasse todas as atividades desenvolvidas, quer diretamente pelos serviços municipais, quer através de entidades nas quais estes participam, já que a informação individual passou a ser manifestamente insuficiente, não permitindo uma avaliação completa do desempenho dos seus órgãos e uma correta comparação com outros municípios.

Após vários normativos legais que abordaram este tema, mas sem profundidade suficiente para permitir o apuramento de contas consolidadas de forma rigorosa, designadamente o POCAL, foi publicada, mais recentemente, a Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, através da qual foi aprovada a Orientação n.º 1/2010 que criou um conjunto de regras, princípios e mecanismos aplicáveis especificamente administração pública e que veio colmatar várias lacunas existentes na legislação que impunha a consolidação de contas no sector público administrativo. Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, foram clarificadas algumas dúvidas relativas ao enquadramento específico das autarquias enquanto

entidades consolidantes e à constituição dos grupos municipais, trazendo argumentos suficientes para que a consolidação de contas entrasse definitivamente no léxico das autarquias.

Em cumprimento do disposto no mencionado regime financeiro, a Câmara Municipal de S. Pedro do Sul apresenta o Relatório de Gestão Consolidado referente ao exercício de 2016, no qual são relatados e interpretados os dados mais importantes das demonstrações financeiras consolidadas, elaboradas à luz dos princípios e regras estabelecidos legalmente e tendo em conta as recomendações do Subgrupo de Apoio Técnico à Aplicação do POCAL (SATAPOCAL).

2. Entidades Participadas

O Município de S. Pedro do Sul detém participações em entidades de diversa natureza de acordo com o quadro seguinte:

Quadro 1 - Entidades Participadas

Identificação da Entidade	NIF	Participação	
		Valor (€)	%
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	N.A.	0,32
ADRMAG - Ass. Rural Int. Serras de Montemuro, Arada e Gralheira	502753943	N.A.	13,61
AMRPB - Associação de Municípios da Região Planalto Beirão	502788283	N.A.	5,68
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, SA	504355660	5.000	0,04
Município – Emp. Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	504475606	4.985	0,15
WRC - Web Para A Região Centro, Ag. Desenv. Regional, S.A.	506053628	5.000	0,36
Termalistur – Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A.	506817997	4.559.379	100
Comunidade Intermunicipal da Região Dão-Lafões (CIMRDL)	508047790	N.A.	8,17
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Lafões, CRL	501090673	500	0
Associação de Desenvolvimento Dão Lafões e Alto Paiva	503484580	5.911	11,26
Fundo de Apoio Municipal	513319182	715.617	0,22

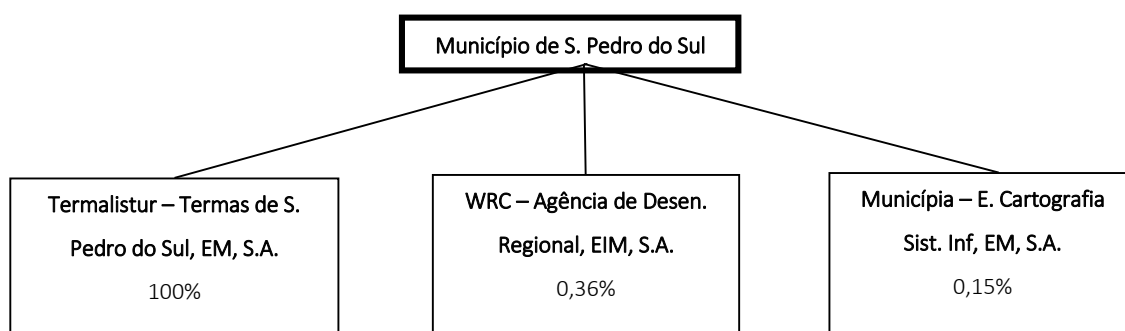
Para efeitos de consolidação de contas, não é considerado o universo das entidades participadas pelo município, sendo o grupo autárquico constituído de acordo com as regras definidas na Lei n.º 73/2013.

3. Perímetro de Consolidação

De acordo com o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os municípios apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, integrando o grupo autárquico, para além do município enquanto entidade consolidante, as entidades controladas, de forma

direta ou indireta, de acordo com os critérios estabelecidos nos n.ºs 4 e 5 do referido artigo. Para além destas, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo, devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município.

De acordo com estes critérios, o perímetro de consolidação é o seguinte:



De acordo com o atual regime financeiro, o Município de S. Pedro do Sul apresenta contas consolidadas com a empresa local Termalístur, criada e detida a 100% por este, e com outras duas entidades do setor empresarial local nas quais detém participações muito pouco relevantes, que se descrevem resumidamente:

Termalístur – Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A.

Foi criada em 2004 pelo município, que detém 100% do capital, com o objetivo de conferir autonomia e flexibilidade à gestão dos balneários termais e à prestação de serviços de termais, competindo-lhe assegurar todas as atividades ligadas diretamente ao termalismo, assim como, importantes atividades conexas associadas ao turismo local e regional.

WRC – Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, E.I.M., S.A.

Foi constituída em 2002 com o principal objetivo de intervir e desenvolver ações ligadas à sociedade da informação e às novas tecnologias, resultando de uma iniciativa da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro à qual aderiram diversos municípios, duas universidades e um conjunto de empresas de base tecnológica.

Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.

Foi criada em 1999 por impulso do Município de Oeiras com o objetivo de dar resposta às necessidades das autarquias em matéria de planeamento, ordenamento do território e desenvolvimento de soluções

e sistemas de informação geográfica, sendo hoje uma referência no mercado de cartografia, fotografia aérea e geolocalização.

4. Métodos de Consolidação

Tendo em conta que o n.º 8 do art. 75.º da Lei n.º 73/2013 refere que os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, são os definidos para as entidades do setor público administrativo, devem ter-se em consideração os métodos definidos no ponto 6.5 da Orientação n.º 1/2010, que refere, resumidamente o seguinte:

- a) **Método da simples agregação** - aplica-se quando, na ausência de qualquer participação no capital das entidades consolidadas, se verifica um efetivo controlo administrativo por parte da entidade consolidante.
- b) **Método de consolidação integral** - aplica-se quando a entidade consolidante detém uma participação superior a 50% dos direitos de voto dos titulares do capital da entidade controlada.
- c) **Método de equivalência patrimonial** - aplica-se quando uma entidade pertencente ao grupo público exerça influência significativa sobre a gestão operacional e financeira de uma entidade não incluída no grupo público ou quando não seja aplicável qualquer dos métodos referidos nas alíneas anteriores.

De acordo com as regras estabelecidas, foram adotados os seguintes métodos:

- Termalistur – Termas de S. Pedro do Sul, EM, S.A. ⇒ **Consolidação Integral**;
- WRC – Agência de Desen. Regional, EIM, S.A. ⇒ **Equivalência Patrimonial**;
- Município – Emp. Cartografia e Sist. Inform. EM, S.A. ⇒ **Equivalência Patrimonial**.

5. Análise das Demonstrações Financeiras Consolidadas

5.1. Balanço Consolidado

O balanço consolidado retrata a estrutura económico-financeira do grupo municipal, apresentando todos os seus bens, direitos e obrigações com referência ao final do exercício de 2016. De acordo com os métodos de consolidação aplicados, este mapa resulta da integração (agregação) dos elementos do ativo, fundos próprios e passivo da entidade consolidante – município - e da principal entidade consolidada – Termalistur - depois de realizada a homogeneização da informação e dos ajustamentos de

consolidação necessários relativos, essencialmente, à eliminação de operações recíprocas e registos entre entidades do perímetro.

Nos ajustamentos de consolidação estão também refletidas as variações do valor contabilístico das partes de capital detidas pela entidade consolidante nas entidades consolidadas, de acordo com a respetiva proporção nos seus capitais próprios, tal como definido no método de equivalência patrimonial, correspondendo apenas a movimentos nas contas de investimentos financeiros e resultados, não existindo qualquer reflexo direto das contas dos balanços destas entidades nas contas do balanço consolidado.

Quadro 2 - Resumo do Balanço Consolidado

Designação	Mun SPS	Termalitur	Ajustamentos	Consolidado	
				2016	2015
Ativo:					
Imobilizado líquido	47.704.796,01	14.385.887,10	-3.096.524,71	58.994.158,40	61.030.119,12
Existências	158.615,79	217.618,37		376.234,16	305.416,32
Dívidas de terceiros -m/l prazo	0,00	0,00		0,00	0,00
Dívidas de terceiros -c. prazo	2.083.309,68	156.320,77	-594.646,15	1.004.229,03	1.036.872,23
Títulos negociáveis	0,00	0,00		0,00	0,00
Depósitos em inst. financ. e caixa	460.083,43	25.630,30		485.713,73	504.286,35
Acréscimos e diferimentos	1.916.713,37	473.735,47		2.009.145,27	2.024.627,04
Total do Ativo	52.323.518,28	15.259.192,01	-3.691.170,86	62.869.480,59	64.901.321,06
Fundos Próprios e Passivo:					
Património	36.251.184,28	4.559.379,00	-4.559.379,00	36.251.184,28	36.244.087,29
Reservas	895.424,25	28.152,93		923.577,18	880.163,54
Resultados transitados	-3.096.323,19	-1.538.014,30	1.368.536,70	-3.265.800,79	-4.335.365,28
Resultado líquido do exercício	-281.441,81	-4.035,84		-191.160,06	857.002,33
Provisões para riscos e encargos	287.524,75	0,00		287.524,75	109.816,35
Dívidas a terceiros -m/l prazo	3.453.559,96	8.335.115,61		11.788.675,57	12.662.995,19
Dívidas a terceiros -c. prazo	3.155.736,60	3.637.693,43	-594.646,15	5.558.028,61	6.367.624,24
Acréscimos e diferimentos	11.657.853,44	240.901,18		11.517.451,05	12.114.997,40
Total de Fundos Próprios e Passivo	52.323.518,28	15.259.192,01	-3.785.488,45	62.869.480,59	64.901.321,06
Peso no Valor Consolidado	77,42%	22,58%			

Conforme resulta da análise do mapa apresentado, sobressai o elevado peso das componentes provenientes das contas do Município de S. Pedro do Sul, que representam quase 78% do total do balanço consolidado, sendo esta influência idêntica à registada no exercício de 2015. O valor global do balanço consolidado totaliza agora 62,869 milhões de euros, registando um decréscimo na ordem dos 3%.

Na estrutura do ativo consolidado, verificou-se uma redução dos valores de quase todas as suas componentes, destacando-se a diminuição do valor do imobilizado em mais de 3%, como consequência de uma diminuição destas contas em ambas as entidades consolidadas. Apesar desta variação, o peso do imobilizado no total do ativo permanece elevado, representando 94% destes valores, já que compreende todos os bens detidos pelas entidades para suportar as suas atividades regulares. Ainda no ativo, evidencia-se também a redução das dívidas de terceiros, bem como, dos depósitos em instituições financeiras e caixa, que registaram variações superiores a 3% em cada um dos agregados. Das restantes contas do ativo, deve salientar-se o aumento dos valores das existências que, contrariando a tendência das restantes, apresentaram valores superiores aos registados em 2015, em cerca de 23%, apesar de em termos absolutos não assumirem a importância das contas já referidas anteriormente.

O passivo consolidado registou também uma diminuição importante, de cerca de 7%, como resultado de uma melhoria da maioria dos saldos das contas aqui englobadas. Nestas contas, destacam-se as dívidas a terceiros de curto prazo, cujos saldos decresceram cerca de 13%, ou seja, mais de 800 mil euros em termos absolutos, beneficiando de uma variação significativa registada nas contas do município e da eliminação dos efeitos das operações internas nas contas da Termalístur. Com uma diminuição também significativa, as contas de dívidas a terceiros de médio e longo prazos registaram um decréscimo de perto de 7%, que, em termos absolutos, significa uma redução de perto de 900 mil euros. Das restantes rubricas do passivo, os acréscimos e diferimentos apresentaram também uma diminuição relevante, enquanto que, os saldos das contas de provisões para riscos e encargos registaram um aumento expressivo, exclusivamente da responsabilidade das operações do município.

Nas contas que compõem os fundos próprios destaca-se o elevado peso do valor do património, que foi reforçado no ano em análise e representa 58% do valor global dos fundos próprios e passivo, devendo, contudo, ter-se em atenção a natureza das entidades do grupo, em especial da entidade consolidante. O valor dos resultados transitados registou também uma melhoria na ordem dos 25%, devido ao efeito da incorporação dos resultados do exercício do ano anterior. O resultado líquido do exercício apresentou, em 2016, um valor negativo de 191 mil euros, como consequência da inversão dos resultados obtidos pelas entidades, principalmente pelo município.

5.2. Demonstração de Resultados Consolidada

Com base em critérios idênticos aos que foram adotados no balanço, a demonstração de resultados consolidada resulta da integração dos elementos das demonstrações de resultados individuais do Município e S. Pedro do Sul e da Termalístur, depois de efetuados os devidos ajustamentos e eliminados os registos relativos a movimentos entre estas entidades, permitindo a obtenção da situação numa ótica

de grupo. Nos ajustamentos efetuados estão incluídos os lançamentos relativos à aplicação do método de equivalência patrimonial às entidades participadas WRC e Município, mais precisamente, o impacto nos custos e proveitos das variações nas valorizações das respetivas participações financeiras.

Quadro 3 - Resumo da Demonstração de Resultados Consolidada

Designação	Mun SPS	Termalstur	Ajustamentos	Consolidado	
				2016	2015
Custos e Perdas:					
CMVMC	110.980,69	62.196,91		173.177,60	164.389,10
Fornecimentos e serviços externos	3.440.649,61	2.136.703,68	-781.429,56	4.795.923,73	4.399.935,43
Custos com pessoal	6.217.873,95	1.849.863,62		8.067.737,57	7.800.262,77
Transferências e subs. conced.	1.116.692,62	0,00	-399.989,04	716.703,58	605.941,18
Amortizações do exercício	3.206.335,24	598.131,19		3.804.466,43	3.815.074,10
Provisões do exercício	264.434,67	0,00		264.434,67	16.616,03
Outros custos e perdas operacionais	46.420,09	74.253,07		120.673,16	124.003,44
Custos e perdas financeiras	182.450,23	166.732,26	-94.042,77	255.139,72	317.565,39
Custos e perdas extraordinárias	406.328,02	28.803,46	-2.872,87	432.258,61	484.377,66
Total de Custos e Perdas	14.992.165,12	4.916.684,19	-1.278.334,24	18.630.515,07	17.728.165,10
Proveitos e Ganhos:					
Vendas e prestações de serviços	1.149.059,60	4.312.180,85	-498,40	5.460.742,05	5.413.298,45
Impostos e taxas	2.249.567,51	0,00	-25,03	2.249.542,48	2.196.148,79
Proveitos e ganhos suplementares	0,00	28.652,26	-17.816,52	10.835,74	141.577,32
Transferências e subsídios obtidos	8.271.121,44	49.225,07		8.320.346,51	8.387.406,27
Outros proveitos e ganhos oper.	2.066.585,15	73.710,74	-780.931,16	1.359.364,73	1.290.027,93
Proveitos e ganhos financeiros	863,59	147,63		1.011,22	8,02
Proveitos e ganhos extraordinários	973.526,02	452.767,64	-384.745,54	1.041.548,12	1.159.778,03
Total de Proveitos e Ganhos	14.710.723,31	4.916.684,19	-1.184.016,65	18.443.390,85	18.588.244,81
Resultados Operacionais	-667.053,17	-257.379,55		-542.285,23	502.236,71
Resultados Financeiros	-181.586,64	-166.584,63		-254.128,50	-317.557,37
Resultados Correntes	-848.639,81	-423.964,18		-796.413,73	184.679,34
Imposto sobre rend. exercício	0,00	4.035,84		4.035,84	3.077,38
Resultado Líquido do Exercício	-281.441,81	-4.035,84		-191.160,06	857.002,33

Em resultado da aplicação das regras e dos métodos de consolidação, os custos e perdas do exercício totalizaram 18,630 milhões de euros, tendo aumentado em relação ao ano transato cerca de 5%. Na estrutura de custos do grupo, sobressai o elevado peso das contas do município, uma vez que a sua situação individual representa cerca de 75% da situação final consolidada. Nos custos operacionais, destaca-se, à semelhança dos anos anteriores, o valor dos custos com pessoal, que totalizaram cerca de 8,068 milhões de euros e representam perto de 45% dos custos operacionais e cerca de 43% do total de custos e perdas. No exercício de 2016 o peso destas contas foi reforçado devido ao aumento dos seus valores, na ordem dos 3%, motivado pelas variações positivas registadas em ambas as entidades do grupo. As contas de fornecimentos serviços externos apresentaram também montantes relevantes na

estrutura de resultados, com valores na ordem dos 4,796 milhões de euros, assumindo um peso de 26% no total de custos e perdas. Das restantes contas operacionais, deve ainda salientar-se que as amortizações do exercício mantiveram um valor bastante relevante, com um peso superior a 20% nos custos globais, registando uma ligeira diminuição face a 2015.

Os custos e perdas financeiros e os custos e perdas extraordinários apresentaram, na situação do grupo, montantes bastante mais reduzidos quando comparados com as contas operacionais, destacando-se, porém, a diminuição verificada em ambos os agregados, na ordem dos 20% e 11%, respetivamente. Esta diminuição resultou do efeito conjunto das variações das contas individuais e do aumento do valor das eliminações relativas a operações intra-grupo.

Do lado dos proveitos e ganhos, os valores consolidados totalizaram 18,443 milhões de euros, tendo registado uma diminuição inferior a 1% em relação aos valores do ano anterior. Na estrutura de proveitos consolidados, o peso das contas do município é semelhante ao verificado nos custos, representando também cerca de 75% dos valores obtidos. Das contas que integram os proveitos operacionais deve destacar-se a importância das transferências e subsídios obtidos, cujos saldos somaram 8,320 milhões de euros, representando cerca de 48% do total das contas operacionais, provenientes, na sua quase totalidade, das contas individuais do município face à relevância das transferências proveniente do Orçamento de Estado. No conjunto dos proveitos operacionais, destaca-se igualmente o valor das vendas e prestações de serviços, na ordem dos 5,461 milhões de euros, provenientes, em grande parte, da atividade operacional da Termalístur, na qual os serviços ligados ao termalismo assumem uma importância determinante. Das restantes contas operacionais, deve ainda destacar-se o crescimento registado nas contas de impostos e taxas e outros proveitos e ganhos operacionais, que assumem especial significado na estrutura financeira do município.

Os proveitos e ganhos financeiros registaram, como vem acontecendo em exercícios anteriores, valores muito reduzidos, devido à inexistência de movimentos relevantes associados a estas contas em ambas as entidades agregadas. Já os proveitos e ganhos extraordinários apresentaram valores comparativamente mais elevados, de cerca de 1,042 milhões de euros, tendo, porém, registado uma redução superior a 10% face aos valores de 2015, como consequência da diminuição registada nas contas do município, já que os valores da demonstração da Termalístur são, na sua maioria, eliminados nas operações de ajustamento.

Conforme foi já referido, o resultado líquido do exercício consolidado apresentou um valor negativo de 191 mil euros, refletindo uma deterioração dos resultados individuais das entidades agregadas.

5.3. Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados de Operações Orçamentais

O mapa de fluxos de caixa consolidados sintetiza o resultado da execução orçamental do grupo municipal, evidenciando os meios provenientes de exercícios anteriores, os recebimentos e pagamentos do exercício efetuados pelo município e pela Termalístur, e os meios disponíveis para exercícios seguintes, com exceção dos movimentos associados a operações de tesouraria. Na composição deste mapa não são incluídos também os movimentos das entidades cujas contas são consolidadas através do método de equivalência patrimonial – Município e WRC – uma vez que neste método, ao contrário do método de consolidação integral, não se efetua a integração ou a soma dos elementos das contas individuais face à reduzida importância da participação financeira, mantendo-se, assim, a coerência entre os mapas.

Quadro 4 - Fluxos de Caixa Consolidados
Operações orçamentais

Designação	2016		2015	
	Valor (€)	Peso	Valor (€)	Peso
Saldo da Gerência Anterior	124.911,85		240.051,82	
Receitas Orçamentais	21.776.158,46		19.249.683,22	
Correntes	17.054.346,26	78,32%	17.322.243,66	89,99%
Capital	4.721.737,20	21,68%	1.927.439,56	10,01%
Outras	75,00	0,00%	0,00	0,00%
Despesas Orçamentais	21.802.678,48		19.364.823,19	
Correntes	15.113.104,46	69,32%	14.151.341,76	73,08%
Capital	6.689.574,02	30,68%	5.213.481,43	26,92%
Saldo para a Gerência Seguinte	98.391,83		124.911,85	

Em resultado dos fluxos financeiros ocorridos nas entidades referidas, durante o ano 2016 as receitas orçamentais totalizaram cerca de 21,776 milhões de euros, dos quais cerca de 78% assumiram a natureza corrente, enquanto que aproximadamente 22% respeitaram a movimentos de capital. Do lado das despesas, os valores foram semelhantes e atingiram os 21,803 milhões de euros, registando-se também uma diferença acentuada na distribuição entre naturezas, já que os pagamentos correntes representaram cerca de 69% do total, enquanto que apenas 31% dos valores pagos se referiram a despesas de capital. Importa ainda referir que os fluxos resultantes de operações internas (entre as duas entidades do grupo) excluídos dos agregados apresentados totalizaram cerca de 167 mil euros, referentes a contrapartidas financeiras, rendas, aquisições de bens e serviços e diversas taxas municipais.

Comparativamente com o exercício anterior, em 2016 registou-se um crescimento das receitas orçamentais obtidas, na ordem dos 13%, em resultado de um aumento significativo das receitas de capital, já que as receitas correntes registaram uma diminuição de cerca de 1,5%. Como consequência do aumento dos movimentos de receita, as despesas globais também apresentaram valores mais elevados do que os registados em 2015, registando um crescimento próximo daquelas. Para este desempenho, contribuiu o aumento das despesas correntes e das despesas de capital, em idêntica proporção. Em resultado das variações dos fluxos de caixa registados, o saldo disponível para a gerência seguinte foi, em 2016, inferior ao saldo apurado no final de 2015.

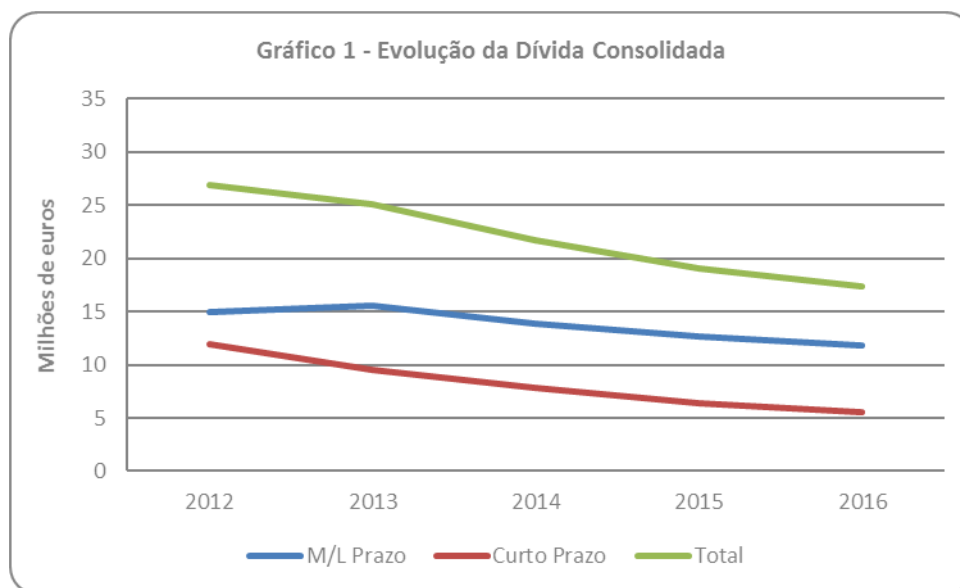
6. Dívida Consolidada

Um dos principais objetivos do executivo municipal tem sido a redução da dívida municipal e a obtenção do equilíbrio financeiro necessário para a prossecução das políticas públicas sem constrangimentos e limitações que pudessem por em causa a sua profundidade e a sua abrangência. Este objetivo exigiu uma disciplina financeira muito rigorosa e compromissos sérios entre o município e os seus principais parceiros na atividade municipal, criando-se novas regras e mecanismos para a utilização mais eficiente dos meios disponíveis. Estes compromissos foram também transpostos para as entidades participadas, mais precisamente para a empresa local que o município controla, procurando, através da função acionista, que as preocupações com o equilíbrio financeiro fossem também assumidas pela sua administração.

Quadro 5 - Evolução da Dívida Consolidada

Designação	2012	2013	2014	2015	2016
M/L Prazo	14.932.687,56	15.549.714,93	13.880.808,47	12.662.995,19	11.788.675,57
Curto Prazo	11.980.658,09	9.516.933,56	7.772.262,45	6.367.624,24	5.558.028,61
Total	26.913.345,65	25.066.648,49	21.653.070,92	19.030.619,43	17.346.704,18
Variação anual	-7%	-7%	-14%	-12%	-9%

O rigor e a disciplina incutidos à gestão financeira têm permitido resultados muito satisfatórios. No final do exercício de 2016, a dívida total consolidada totalizava 17,347 milhões de euros, tendo registado uma diminuição de cerca de 9% em relação à situação verificada no final do exercício anterior. Este montante distribui-se entre 11,789 milhões de euros de dívidas de médio e longo prazos correspondentes, na sua grande maioria, a financiamentos bancários, e 5,558 milhões de euros de dívidas de curto prazo relativas a créditos de fornecedores e outros credores decorrentes essencialmente da atividade operacional.



O efeito da estratégia adotada é mais evidente na análise da evolução da dívida num horizonte mais alargado. Analisando a evolução da dívida consolidada desde 2012, denota-se que a tendência de redução da dívida global se manteve a um nível satisfatório, registando-se um decréscimo constante e progressivo quer nas responsabilidades de curto prazo, quer nas de médio e longo prazos.

7. Indicadores Económico-Financeiros

Com o objetivo de complementar a análise efetuada anteriormente e pretendendo comparar o impacto da atividade na situação patrimonial do grupo municipal, torna-se indispensável a utilização de indicadores de cariz económico-financeiro que permitam, pela adaptação à gestão pública, que se efetue um diagnóstico sintético e evolutivo da situação económica das entidades. Nesta análise deve ter-se em consideração que as diversas componentes do balanço, em especial do ativo provenientes das contas do município, englobam a valorização de um conjunto de bens e direitos que não podem ser utilizados para solvência de passivos ou para prestação de garantias a terceiros.

Quadro 6 - Indicadores Económico-Financeiros

Designação	Rácio	2014	2015	2016
Coeficiente de Solvabilidade	Fundos Próprios / Passivo	94%	108%	116%
Autonomia Financeira	Fundos Próprios / Ativo Líquido	49%	52%	54%
Liquidez Geral	Circulante / Passivo de Curto Prazo	26%	29%	34%
Grau de Dependência do M/L Prazo	Dívida M/L Prazo / Ativo	21%	20%	19%
Endividamento	Dívidas a terceiros / Fundos P. + Passivo	33%	29%	28%

Os resultados obtidos demonstram a evolução positiva da situação do grupo municipal, destacando-se o seguinte:

- O coeficiente de solvabilidade melhorou significativamente, demonstrando total capacidade do grupo para, com os seus próprios meios, satisfazer o conjunto de compromissos assumidos perante terceiros;
- A autonomia financeira apresenta também uma evolução positiva no exercício em análise, demonstrando que os fundos próprios cobrem uma parte mais significativa do valor dos seus ativos;
- O rácio de liquidez geral aumentou em relação ao ano anterior, revelando uma melhoria na capacidade das entidades liquidarem as suas responsabilidades de curto prazo através dos seus ativos mais líquidos;
- O grau de dependência do médio/longo prazo tem diminuído progressivamente, confirmando a tendência de redução da dependência de passivos de médio/longo prazos por parte do grupo, melhorando a sua autonomia;
- O nível de endividamento decresceu em 2016, mantendo a trajetória de anos anteriores, demonstrando que o peso das dívidas a terceiros é cada vez na estrutura económica e patrimonial do grupo.

8. Factos Relevantes Após o Termo do Exercício

Para além dos já referidos nos relatórios individuais, não se verificaram, após o termo do exercício, factos relevantes para a situação consolidada do Município de S. Pedro do Sul.



Demonstrações Financeiras Consolidadas

Exercício de 2016



Município de S. Pedro do Sul

Município de São Pedro do Sul					
				Ano:	2016
BALANÇO CONSOLIDADO					
Unidade: Euros					
Código das	Activo	Balanço Consolidado 2016			2015
		AB	APA	AL	AL
	Imobilizado:				
	<u>Bens de domínio público:</u>				
451	Terrenos e recursos naturais	175.888,61		175.888,61	18.802,00
452	Edifícios				
453	Outras construções e infra-estruturas	56.801.657,62	34.192.092,18	22.609.565,44	24.920.981,35
455	Bens do património histórico, artístico e cultural				
459	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso de bens de domínio público	4.437.483,94		4.437.483,94	3.691.738,69
446	Adiantamentos por conta de bens do domínio público				
		61.415.030,17	34.192.092,18	27.222.937,99	28.631.522,04
	<u>Imobilizado incorpóreo:</u>				
431	Despesas de instalação	6.564,01	6.564,01		
432	Despesas de Investigação e de desenvolvimento	60.822,08	60.822,08	0,00	8.078,21
433	Propriedade industrial e outros direitos	725.068,31	704.346,95	20.721,36	68.735,93
434	Trespases				
443	Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
	<i>Diferenças de consolidação</i>				
		792.454,40	771.733,04	20.721,36	76.814,14
	<u>Imobilizado corpóreo:</u>				
421	Terrenos e recursos naturais	3.371.160,38		3.371.160,38	3.451.927,69
422	Edifícios e outras construções	29.663.674,83	5.812.063,59	23.851.611,24	24.369.104,59
423	Equipamento básico	4.556.394,46	3.344.565,30	1.211.829,16	1.329.973,68
424	Equipamento de transporte	2.539.295,65	2.144.204,22	395.091,43	263.923,24
425	Ferramentas e utensílios	1.252.283,42	1.086.141,20	166.142,22	154.810,83
426	Equipamento administrativo	2.547.322,17	2.251.555,91	295.766,26	380.886,46
427	Taras e vasilhame			0,00	
429	Outras imobilizações corpóreas	1.792.558,85	1.188.590,78	603.968,07	634.260,50
442	Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	1.120.893,35	0,00	1.120.893,35	1.004.077,69
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		46.843.583,11	15.827.121,00	31.016.462,11	31.588.964,68
	<u>Investimentos financeiros:</u>				
411	Partes de capital	7.949,40		7.949,40	7.714,40
412	Obrigações e títulos de participações	715.617,20		715.617,20	715.617,20
413	Empréstimos de financiamento				
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras	10.470,34		10.470,34	9.486,66
441	Imobilizações em curso de investimentos financeiros				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		734.036,94		734.036,94	732.818,26
	Circulante				
	<u>Existências:</u>				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	159.727,17	1.111,38	158.615,79	167.749,32
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias	217.618,37		217.618,37	137.667,00
37	Adiantamento por conta de compras				
		377.345,54	1.111,38	376.234,16	305.416,32
	<u>Dívidas de terceiros de MLP</u>				
	<u>Dívidas de terceiros de CP:</u>				
28	Empréstimos concedidos e ajust. dívidas a receber				
211	Clientes c/c	72.142,94		72.142,94	216.021,24
212	Contribuintes, c/c	48.650,16		48.650,16	17.571,08
214	Clientes-títulos a receber				

213	Utentes, c/c	66.527,28		66.527,28	101.752,90
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa				
221	Fornecedores c/c			0,00	0,00
25	Devedores e credores pela exec. orçamento				
229	Adiantamento a fornecedores				
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c			0,00	0,00
2619	Adiantamento a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos	448.138,00		448.138,00	339.048,14
264	Administração autárquica				
265	Subscritores de capital				
+263+267+	Outros devedores	368.770,65		368.770,65	362.478,87
		1.004.229,03		1.004.229,03	1.036.872,23
	<u>Títulos negociáveis:</u>				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participações				
153	Títulos da dívida pública				
158	Instrumentos derivados				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
		0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>Depósitos em instituições financeiras:</u>				
12	Depósitos em instituições financeiras	481.532,05		481.532,05	500.555,46
11	Caixa	4.181,68		4.181,68	3.730,89
13	DGAL / Montantes afetos ao FRM				0,00
		485.713,73		485.713,73	504.286,35
	Acréscimos e Diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	1.877.894,99		1.877.894,99	1.867.537,02
272	Custos diferidos	131.250,28		131.250,28	157.090,02
		2.009.145,27		2.009.145,27	2.024.627,04
	Total de Amortizações:		50.790.946,22		
	Total de Provisões/Ajustamentos:		1.111,38		
TOTAL DO ACTIVO:		113.661.538,19	50.792.057,60	62.869.480,59	64.901.321,06
	Fundos Próprios e Passivo				
	Fundos próprios:				
51	Património			36.251.184,28	36.244.087,29
521	Acções (quotas) próprias - valor nominal				
522	Acções (quotas) próprias - descontos e prémios				
53	Prestações suplementares				
54	Prémios de emissão de acções (quotas)				
55	Ajustamentos de partes de capital em empresas				
56	Reservas de reavaliação				
571	Reserva legais			770.707,78	727.354,13
572	Reservas estatutárias				
573	Reservas contratuais				
574	Reservas livres			4.248,48	4.248,48
575	Subsídios				
576	Doações			148.620,92	148.560,93
577	Reservas decorrentes da transferência de activos				
59	Resultados transitados			-3.265.800,79	-4.335.365,28
88	Resultado Líquido do exercício			-191.160,06	857.002,33
89	Dividendos antecipados				
				33.717.800,61	33.645.887,88
	Passivo:				
292	Provisões para riscos e encargos			287.524,75	109.816,35
				287.524,75	109.816,35

	<u>Dívidas a terceiros de MLP</u>			
23121	Empréstimos de MLP		10.807.634,10	11.948.474,87
232	Empréstimos por obrigações			
239	Outros empréstimos obtidos			
221	Fornecedores, c/c		357.665,56	
222	Fornecedores - títulos a pagar			
228	Fornecedores - facturas em recepção e conferência			
2641	Administração Autárquica			
2611+2618	Fornecedores de imobilizado		178.851,54	203.365,12
2612	Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar			
262	Pessoal			
263	Sindicatos			
268	Devedores e credores diversos		444.524,37	511.155,20
			11.788.675,57	12.662.995,19
	<u>Dívidas a terceiros de CP</u>			
23111	Empréstimos de CP		2.290.912,54	1.957.588,30
23129	Empréstimos de MLP a pagar em N+1		644.846,68	978.585,96
239	Outros empréstimos obtidos			
269	Adiantamentos por conta de vendas			
221	Fornecedores, c/c		758.158,23	1.651.421,06
222	Fornecedores - títulos a pagar			
228	Fornecedores - facturas em recepção e conferência		391.188,46	468.492,11
24	Estado e outros entes públicos		109.400,12	131.095,01
252	Credores pela execução do orçamento			
2611+2618	Fornecedores de imobilizado		567.909,91	368.770,10
2612	Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar			
264	Administração autárquica		0,00	5.500,00
217	Clientes e utentes c/ cauções			
219	Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes			
+263+267+	Outros credores		795.612,67	806.171,70
			5.558.028,61	6.367.624,24
	Acréscimos e Diferimentos:			
273	Acréscimos de custos		1.199.882,18	1.373.147,06
274	Proveitos diferidos		10.317.568,87	10.741.850,34
			11.517.451,05	12.114.997,40
Total de Passivo:			29.151.679,98	31.255.433,18
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO:			62.869.480,59	64.901.321,06

Município de São Pedro do Sul			
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA POR NATUREZA		Ano:	2016
		Unidade: Euros	
Código das contas	Custos e perdas	2016	2015
61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	173.177,60	164.389,10
62	Fornecimentos e serviços externos	4.795.923,73	4.399.935,43
64	Custos com pessoal:		
641 + 642	Remunerações	6.385.652,96	6.177.420,00
643 a 648	Encargos sociais	1.682.084,61	1.622.842,77
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	716.703,58	605.941,18
66	Amortizações e ajustamentos do exercício	3.804.466,43	3.815.074,10
67	Provisões do exercício	264.434,67	16.616,03
65	Outros custos e perdas operacionais	120.673,16	124.003,44
	(A) Custos e perdas operacionais	17.943.116,74	16.926.222,05
68	Custos e perdas financeiros	255.139,72	317.565,39
	(C) Custos e perdas correntes	18.198.256,46	17.243.787,44
691	Transferências de capital concedidos	36.687,30	63.144,23
692	Outros custos e perdas extraordinários	395.571,31	421.233,43
	(E) Custos e perdas do exercício	18.630.515,07	17.728.165,10
86	Imposto sobre o rendimento do exercício	4.035,84	3.077,38
	(E) Custos e perdas + Impostos sobre o rendimento do exercício	18.634.550,91	17.731.242,48
88	Resultado Líquido Consolidado do Exercício (a)	-191.160,06	857.002,33
		18.443.390,85	
	Proveitos e ganhos		
71	Vendas e prestações de serviços		
711	Vendas de mercadorias	485.938,63	464.866,14
712	Prestações de serviços	4.974.803,42	4.948.432,31
72	Impostos e taxas	2.249.542,48	2.196.148,79
	Variação da produção	0,00	0,00
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
73	Proveitos suplementares	10.835,74	141.577,32
74	Transferências e subsídios obtidos	8.320.346,51	8.387.406,27
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	1.359.364,73	1.279.532,58
77	Reversões de amortizações e ajustamentos	0,00	10.495,35
	(B) Proveitos e ganhos operacionais	17.400.831,51	17.428.458,76
78	Proveitos e ganhos financeiros	1.011,22	8,02
	(D) Proveitos e ganhos correntes	17.401.842,73	17.428.466,78
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.041.548,12	1.159.778,03
	(F) Proveitos e ganhos do exercício	18.443.390,85	18.588.244,81

Resumo:

Resultados Operacionais:	-542.285,23	502.236,71
Resultados Financeiros:	-254.128,50	-317.557,37
Resultados Correntes:	-796.413,73	184.679,34
Resultado Líquido Consolidado do Exercício:	-191.160,06	857.002,33

Município de S. Pedro do Sul

Ano: 2016

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DE OP. ORÇAMENTAIS

(unidade: Euros)

Recebimentos		Pagamentos	
Designação	Montante	Designação	Montante
Saldo da gerência anterior	124.911,85	Despesas Orçamentais	21.802.678,48
		Correntes	15.113.104,46
		Capital	6.689.574,02
Receitas Orçamentais	21.776.158,46		
Correntes	17.054.346,26		
Capital	4.721.737,20	Saldo para a gerência seguinte	98.391,83
Outras	75,00		
Total	21.901.070,31	Total	21.901.070,31



Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Exercício de 2016



Município de S. Pedro do Sul

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE

RESULTADOS CONSOLIDADOS

Exercício 2016

1 – Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

1.1 – Entidades incluídas no perímetro de consolidação

A entidade contabilística consolidante é o **Município de São Pedro do Sul**, com o número de identificação de pessoa colectiva 506 785 815.

Tendo em conta o disposto no n.º 6 do artigo n.º 75 da Lei das Finanças Locais n.º 73/2013 de 3 de setembro, a consolidação de contas do Município de São Pedro do Sul abrange a seguinte entidade consolidada:

-Termalistur – Termas de São Pedro do Sul, E.M., S.A. – sociedade anónima de natureza municipal, com capital estatutário no valor de 4.559.379€ (3.320.335,73 em dinheiro e 1.239.043,27 em espécie), totalmente detido pelo Município de S. Pedro do Sul, com o número de identificação de pessoa colectiva 506 817 997 e, sede em Largo Dr. António José de Almeida, Termas, 3660-692 Várzea – SPS.

-Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA – sociedade anónima de natureza intermunicipal, com capital estatutário no valor de 3.236.678,67 €, detido, na sua maioria, por autarquias locais, com número de identificação de pessoal coletiva 504 475 606. A percentagem de participação do Município de São Pedro do Sul é 0,15%, equivalente a uma participação de 4.985,01€.

-WRC, Web para a Região Centro - Agência de Desenvolvimento Regional, EIM, SA – sociedade anónima de natureza intermunicipal, com capital estatutário no valor de 1.368.250,00€, detido, na sua maioria, por autarquias locais, com número de identificação de pessoa coletiva 506 053 628. A percentagem de participação do Município de São Pedro do Sul é 0,36%, equivalente a uma participação de 5.000,00€.

1.2 – Outras Entidades Participadas Excluídas do perímetro de consolidação

O Município de São Pedro do Sul participa ainda nas seguintes entidades:

Descrição da Entidade Participada	NIF	Tipo de Entidade	Capitais Próprios	Capitais Sociais	Valor da Participação	% da Participação
Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões	508047790	NS	648.254,86 €	603.183,85 €	0,00 €	8,17
Caixa de Crédito Agrícola Mútua de Lafões	501090673	ES	8.987.485,00 €	8.677.535,00 €	500,00 €	0,006
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	504355660	ES	43.662.392,01 €	11.579.500,00 €	5.000,00 €	0,04
ADRMAG - Associação de Desenvolvimento Rural das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira	502753943	NS	383.800,00 €	149,64 €	0,00 €	13,61
ADDLAP - Associação de Desenvolvimento Dão Lafões e Alto Paiva	503484580	NS	583.864,77 €	69.375,00 €	0,00 €	13,91

2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o previsto na Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, que aprova o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, e em observância pelas normas e princípios definidos nesta legislação. Foram ainda adotados os procedimentos, métodos e documentos definidos na Orientação n.º 01/2010 aprovada pela Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho e seguidas as instruções e recomendações emanadas pelo Subgrupo de Apoio Técnico à Aplicação do POCAL (SATAPOCAL).

Em harmonia com os normativos referidos, e por forma a obter uma imagem verdadeira e apropriada do grupo público, foram efetuados os trabalhos prévios necessários à compatibilização da informação contabilística das várias entidades, nomeadamente, a homogeneização prévia, a eliminação das operações internas e de todos os registos recíprocos. Nos trabalhos de homogeneização, foram convertidas as

demonstrações das entidades que aplicam o SNC (Termalístur) para POC e posteriormente para POAL, efectuando equivalência das respectivas contas.

Face ao trabalho realizado e tendo em consideração o referido nos pontos seguintes do presente documento, em termos gerais, a informação obtida apresenta um grau de fiabilidade razoável.

Posteriormente, foram utilizados os seguintes métodos de consolidação:

- Termalístur – Termas de S. Pedro do Sul, EM, S.A.: **Consolidação Integral**;
- WRC – Agência de Desen. Regional, EIM, S.A.: **Equivalência Patrimonial**;
- Município – Emp. Cartografia e Sist. Inform. EM, S.A.: **Equivalência Patrimonial**.

Tendo em conta o método de consolidação aplicado às participadas **WRC – Agência de Desen. Regional, EIM, S.A.** e **Município – Emp. Cartografia e Sist. Inform. EM, S.A.**, e face à reduzida relevância material destas participação, a informação relativa às entidades consolidadas apresentadas neste documento incidem apenas sobre a Termalístur – Termas de S. Pedro do Sul, EM, S.A..

3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

3.1 – Eliminação das operações recíprocas e dos investimentos financeiros:

Apresenta-se, a seguir, mapa com as operações internas eliminadas:

Município de S. Pedro do Sul:

Movimentos do Exercício – MSPS / fornecedor:

Documento			Mov. Económico				Movimento Tesouraria			
Tipo	N.º	Data	Data de Contabilização	Conta debitada	Conta creditada	Valor (€)	Data de Contabilização	Conta debitada	Conta creditada	Valor (€)
Merch.	212R00021	31-07-2012	31-07-2012					2211003816	12	67,00
Merch.	212R00022	10-08-2012	10-08-2012					2211003816	12	67,00
Dermocosmética	101	14-12-2015	30-12-2015	2281003816	797101004	2.000,00 €	16-09-2016			
Tratamentos	125	31-12-2015	31-12-2015					2211003816	12	1.393,00
Tratamentos	124	31-12-2015	28-12-2016	697213	2211003816	1.749,50 €	29-12-2016	2211003816	12	1.749,50
Tratamentos	124	31-12-2015	31-12-2015	2281003816	797101004	1.749,50 €				
Energia	66	20-07-2015	30-07-2015					268919003816	12	1.556,64
Energia	87	25-09-2015	13-10-2015					268919003816	12	1.244,13
Energia	89	28-09-2015	13-10-2015					268919003816	12	870,48
Energia	97	13-10-2015	28-10-2015					268919003816	12	974,37
Energia	108	13-11-2015	27-11-2015					268919003816	12	995,99

Energia	122	15-12-2015	29-12-2015					268919003816	12	798,47
Energia	5	08-01-2016	08-01-2016	2739004	268919003816	3.713,97 €	24-03-2016	268919003816	12	3.713,97
Renda de Fração	16	15-02-2016	15-02-2016	6221912	268919003816	370,00 €	19-04-2016	268919003816	12	370,00
Renda de Fração	26	09-03-2016	09-03-2016	6221912	268919003816	370,00 €	19-04-2016	268919003816	12	370,00
Energia	29	23-03-2016	01-04-2016	6310204010101	268919003816	622,11 €	18-08-2016	268919003816	12	622,11
Renda de Fração	36	05-04-2016	19-04-2016	6221912	268919003816	370,00 €	22-04-2016	268919003816	12	370,00
Energia	38	27-04-2016	27-04-2016	6310204010101	268919003816	3.040,49 €	16-09-2016	268919003816	12	3.040,49
Renda de Fração	46	06-05-2016	06-05-2016	6221912	268919003816	370,00 €	07-06-2016	268919003816	12	370,00
Energia	47	10-05-2016	10-05-2016	6310204010101	268919003816	1.343,63 €	21-10-2016	268919003816	12	1.343,63
Dermocosmética	83	10-05-2016	10-05-2016	6221814	2211003816	1.050,00 €	25-10-2016	2211003816	12	1.050,00
Renda de Fração	55	03-06-2016	03-06-2016	6221912	268919003816	370,00 €	16-06-2016	268919003816	12	370,00
Energia	59	28-06-2016	28-06-2016	6310204010101	268919003816	2.664,65 €	16-09-2016	268919003816	12	2.664,65
Renda de Fração	69	05-07-2016	05-07-2016	6221912	268919003816	370,00 €	21-07-2016	268919003816	12	370,00
Energia	70	25-07-2016	25-07-2016	6310204010101	268919003816	1.602,51 €	16-12-2016	268919003816	12	1.602,51
Renda de Fração	78	03-08-2016	03-08-2016	6221912	268919003816	370,00 €	18-08-2016	268919003816	12	370,00
Energia	79	10-08-2016	10-08-2016	6310204010101	268919003816	1.890,49 €	30-12-2016	268919003816	12	1.890,49
Renda de Fração	89	12-09-2016	12-09-2016	6221912	268919003816	370,00 €	19-09-2016	268919003816	12	370,00
Energia	90	21-09-2016	21-09-2016	6310204010101	268919003816	3.276,33 €	30-12-2016	268919003816	12	3.276,33
Renda de Fração	97	06-10-2016	06-10-2016	6221912	268919003816	370,00 €	27-10-2016	268919003816	12	370,00
Energia	99	17-10-2016	17-10-2016	6310204010101	268919003816	1.035,22 €	30-12-2016	268919003816	12	1.035,22
Dermocosmética	121	17-10-2016	17-10-2016	6221814	2211003816	1.125,00 €	30-12-2016	2211003816	12	1.125,00
Renda de Fração	108	08-11-2016	08-11-2016	6221912	2211003816	370,00 €	05-12-2016	2211003816	12	370,00
Energia	110	16-11-2016	16-11-2016	6310204010101	268919003816	2.764,41 €	30-12-2016	268919003816	12	2.764,41
Renda de Fração	118	07-12-2016	07-12-2016	6221912	268919003816	370,00 €	23-12-2016	268919003816	12	370,00
Dermocosmética	101	21-12-2016	21-12-2016	6221814	2281003816	584,25 €				
Energia	125	27-12-2016	27-12-2016	6310204010101	2281003816	811,83 €				
				2432331	2281003816	186,72 €				
Energia	9	20-01-2017	31-12-2016	6310204010101	2739004	2.675,95 €				
Transferência para equilíbrio financeiro	13/4619/2016	31-12-2016	31-12-2016	6310204010101	2739004	382.147,49 €				
					Rendimentos	420.104,05 €				37.915,39 €

Devem registar-se todos os movimentos contabilísticos do exercício entre entidades do perímetro de consolidação;

Para determinado registo, se o movimento de tesouraria não ocorreu até ao fim do exercício, este não deve constar neste mapa;

Os registos associados a mov. tesouraria efectuados no exercício devem ser incluídos neste mapa mesmo que o mov. económico tenha sido efectuado em exercícios anteriores.

2 - Saldos Transitados de Exercícios**Anteriores**

(saldos iniciais de 2016)

Documento			Saldos			
Tipo	N.º	Data	Data de Contabilização	Conta saldo devedor	Conta com saldo credor	Valor (€)
Dermocosmética	101	14-12-2015	30-12-2015		2281003816	2.000,00 €
						2.000,00 €

Notas:

Devem registar-se todos os saldos activos e passivos em aberto decorrentes de operações realizadas em exercícios anteriores, entre instituições do perímetro de consolidação;

Apenas devem constar conta de balanço (ficam excluídas classes 6 e 7).

os restantes saldos iniciais de 2016, foram pagos no ano 2016.

Movimentos do Exercício – MSPS / cliente:

Documento			Mov. Económico				Movimento Tesouraria			
Tipo	N.º	Data	Data de Contabilização	Conta debitada	Conta creditada	Valor (€)	Data de Contabilização	Conta debitada	Conta creditada	Valor (€)
Renda	1 - FT 763/03	21-01-2016	21-01-2016	26815003816	768010304	64.738,43				
Renda	2 - FT 1168/03	03-02-2016	03-02-2016	26815003816	768010304	64.738,43				
Taxa	FT 1655/06	24-02-2016	24-02-2016	212304012302	72404012302	25,03	24-02-2016	12	212304012302	25,03
Renda	3 - FT 1941/03	02-03-2016	02-03-2016	26815003816	768010304	64.738,43				
Renda	4 - FT 2928/03	04-04-2016	04-04-2016	26815003816	768010304	64.738,43				
Renda	5 - FT 3669/03	02-05-2016	02-05-2016	26815003816	768010304	64.738,43				
Renda	6 - FT 4835/03	06-06-2016	06-06-2016	26815003816	768010304	64.738,43				
Renda	7 - FT 5444/03	22-06-2016	22-06-2016	26815003816	768010304	64.738,43				
Renda	8 - FT 6315/03	06-08-2016	06-08-2016	26815003816	768010304	64.738,43				
Renda	9 - FT 6796/03	06-09-2016	06-09-2016	26815003816	768010304	64.738,43				
Renda	10 - FT 7649/03	03-10-2016	03-10-2016	26815003816	768010304	64.738,43				
Transportes	7991/09	11-10-2016	11-10-2016	2111199003816	71207020904	23,40				
				2111199003816	2433111	1,40				
Renda	11 - FT 8982/03	07-11-2016	07-11-2016	26815003816	768010304	64.738,43				
Renda	12 - FT 10084/03	12-12-2016	12-12-2016	26815003816	768010304	64.738,43				
Renda	4 - FT 3016 (parte)/03	07-04-2015	07-04-2015				28-12-2016	12	26815003816	64.176,80

Renda	5 - FT 3890/03	04-05-2015	04-05-2015				28-12-2016	12	26815003816	64.435,58
						776.910,99				128.637,41

Notas: Devem registrar-se todos os movimentos contabilísticos do exercício entre entidades do perímetro de consolidação;

Para determinado registo, se o movimento de tesouraria não ocorreu até ao fim do exercício, este não deve constar neste mapa;

Os registos associados a mov. tesouraria efectuados no exercício devem ser incluídos neste mapa mesmo que o mov. económico tenha sido efectuado em exercícios anteriores.

2 – Saldos Transitados de Exercícios Anteriores (si 2016)

Documento			Saldos			
Tipo	N.º	Data	Data de Contabilização	Conta saldo devedor	Conta com saldo credor	Valor (€)
Portagens	3211	29-05-2014	29-05-2014	2111199003816		7,87
Transporte	FT 6572	23-10-2014	23-10-2014	213101043		12,87
Transporte				213101043		0,77
Transporte				2111199003816		21,84
Transporte	FT 6575	23-10-2014	23-10-2014	213101043		20,67
Transporte				213101043		1,24
Transporte				2111199003816		18,11
Transporte	FT 6577	23-10-2014	23-10-2014	213101043		7,80
Transporte				213101043		0,47
Transporte				2111199003816		12,62
Transporte	FT 6660	23-10-2014	23-10-2014	213101043		29,64
Transporte				213101043		1,78
Transporte				2111199003816		31,95
Transporte	FT 6740	29-10-2014	29-10-2014	213101043		16,77
Transporte				213101043		1,01
Transporte				2111199003816		18,02
Transporte	FT 6742	29-10-2014	29-10-2014	213101043		28,08
Transporte				213101043		1,68
Transporte				2111199003816		66,61
Transporte	FT 6745	29-10-2014	29-10-2014	213101043		17,55
Transporte				213101043		1,05
Transporte				2111199003816		32,76
Transporte	FT 6746	29-10-2014	29-10-2014	213101043		17,94
Transporte				213101043		1,08

Transporte				211119900 3816		60,70
Transporte	FT 6751	29-10- 2014	29-10- 2014	213101043		41,73
Transporte				213101043		2,50
Transporte				211119900 3816		36,86
Transporte	FT 7407	11-11- 2014	11-11- 2014	213101043		21,84
Transporte				213101043		1,31
Transporte				211119900 3816		23,48
Transporte	FT 8281	10-12- 2014	10-12- 2014	213101043		13,65
Transporte				213101043		0,82
Transporte				211119900 3816		13,46
Transporte	FT 8324	11-12- 2014	11-12- 2014	213101043		27,30
Transporte				213101043		1,64
Renda	6 - FT 4767	01-06- 2015	01-06- 2015	268150038 16		64.435,58
Renda	7 - FT 5867	15-07- 2015	15-07- 2015	268150038 16		64.435,58
Renda	8 - FT 6204	03-08- 2015	03-08- 2015	268150038 16		64.435,58
Renda	9 - FT 6562	01-09- 2015	01-09- 2015	268150038 16		64.435,58
Renda	10 - FT 7419	01-10- 2015	01-10- 2015	268150038 16		64.435,58
Renda	11 - FT 8710	04-11- 2015	04-11- 2015	268150038 16		64.435,58
Renda	12 - FT 9503	02-12- 2015	02-12- 2015	268150038 16		64.435,58
Transporte	FT 780	16-01- 2015	16-01- 2015	213101043		22,23
Transporte				213101043		1,33
Transporte				211119900 3816		23,61
Transporte	FT 1439	11-02- 2015	11-02- 2015	213101043		23,01
Transporte				213101043		1,38
Transporte				211119900 3816		20,19
Transporte	FT 3557	17-04- 2015	17-04- 2015	213101043		24,18
Transporte				213101043		1,45
Transporte				211119900 3816		18,81
Transporte	FT 5274	17-06- 2015	17-06- 2015	213101043		15,21
Transporte				213101043		0,91
Transporte				211119900 3816		27,89
Transporte	FT 5808	10-07- 2015	10-07- 2015	213101043		8,97
Transporte				213101043		0,54
Transporte				211119900 3816		14,14
Transporte	FT 6583	01-09- 2015	01-09- 2015	213101043		19,89
Transporte				213101043		1,19
Transporte				211119900 3816		22,43
Transporte	FT 9208	24-11- 2015	24-11- 2015	213101043		2.464,97
Transporte				213101043		147,9

Transporte				211119900 3816		407,9
						454.932,66

Notas: Devem registrar-se todos os saldos activos e passivos em aberto decorrentes de operações realizadas em exercícios anteriores, entre instituições do perímetro de consolidação;

Apenas devem constar conta de balanço (ficam excluídas classes 6 e 7).

Termalistur, EM, SA:

Movimentos do Exercício – Termalistur / cliente:

Documento			Mov. Económico				Movimento Tesouraria			
Tipo	N.º	Data	Data de Contabilização	Conta debitada	Conta creditada	Valor (€)	Data de Contabilização	Conta debitada	Conta creditada	Valor (€)
Energia	5	08-01-2016	08-01-2016		2719	3.019,49 €	24-03-2016		21110006	3.713,97
					2433	694,48 €				
Energia	66	20-07-2015	20-07-2015				27-01-2016		21110006	1.556,64
Renda	16	15-02-2016	15-02-2016		769	370,00 €	19-04-2016		21110006	370,00
Energia	87	25-09-2015	25-09-2015				23-02-2016		21110006	1.244,13
Energia	89	28-09-2015	28-09-2015				23-02-2016		21110006	870,48
Renda	26	09-03-2016	09-03-2016		769	370,00 €	19-04-2016		21110006	370,00
Energia	29	23-03-2016	23-03-2016		73321	505,78 €	22-08-2016		21110006	622,11
					2433	116,33 €				
Energia	97	13-10-2015	13-10-2015				24-03-2016		21110006	974,37
Energia	108	13-11-2015	13-11-2015				24-03-2016		21110006	995,99
Energia	122	15-12-2015	15-12-2015				24-03-2016		21110006	798,47
Renda	36	05-04-2016	05-04-2016		769	370,00 €	25-04-2016		21110006	370,00
Energia	38	27-04-2016	27-04-2016		73321	2.471,94 €	19-09-2016		21110006	3.040,49
					2433	568,55 €				
Renda	46	06-05-2016	06-05-2016		769	370,00 €	08-06-2016		21110006	370,00
Energia	47	10-05-2016	10-05-2016		73321	1.092,38 €	24-10-2016		21110006	1.343,63
					2433	251,25 €				
Dermoc.	83	10-05-2016	10-05-2016		711700	853,66 €	26-10-2016		21110006	1.050,00
					2433	196,34 €				
Renda	55	03-06-2016	03-06-2016		769	370,00 €	17-06-2016		21110006	370,00

Energia	59	28-06-2016	28-06-2016		73321	2.166,38 €	19-09-2016		21110006	2.664,65
					2433	498,27 €				
Renda	69	05-07-2016	05-07-2016		769	370,00 €	25-07-2016		21110006	370,00
Merch	212R000 21	31-07-2012	31-07-2012				22-07-2016		21110006	67,00
Energia	70	25-07-2016	25-07-2016		73321	1.302,85 €	19-12-2016		21110006	1.602,51
					2433	299,66 €				
Renda	78	03-08-2016	03-08-2016		769	370,00 €	22-08-2016		21110006	370,00
Energia	79	10-08-2016	10-08-2016		73321	1.536,98 €	31-12-2016		21110006	1.890,49
					2433	353,51 €				
Renda	89	12-09-2016	12-09-2016		769	370,00 €	21-09-2016		21110006	370,00
Energia	90	21-09-2016	21-09-2016		73321	2.663,68 €	31-12-2016		21110006	3.276,33
					2433	612,65 €				
Renda	97	06-10-2016	06-10-2016		769	370,00 €	31-10-2016		21110006	370,00
Energia	99	17-10-2016	17-10-2016		73321	841,64 €	31-12-2016		21110006	1.035,22
					2433	193,58 €				
Dermoc.	121	17-10-2016	17-10-2016		711700	914,63 €	31-12-2016		21110006	1.125,00
					2433	210,37 €				
Tratam.	125	31-12-2015	31-12-2015				31-10-2016		21110006	1.393,00
Renda	108	06-10-2016	06-10-2016		769	370,00 €	06-12-2016		21110006	370,00
Merch	212R000 22	10-08-2012	10-08-2012				23-11-2016		21110006	67,00
Energia	110	16-11-2016	16-11-2016		73321	2.247,49 €	31-12-2016		21110006	2.764,41
					2433	516,92 €				
Renda	118	07-12-2016	07-12-2016		769	370,00 €	06-12-2016		21110006	370,00
Dermoc.	101	21-12-2016	21-12-2016		711700	475,00 €				
					2433	109,25 €				
Energia	125	27-12-2016	27-12-2016		73321	811,83 €				
					2433	186,72 €				
Tratam.	124	31-12-2015	31-12-2015				29-12-2016		21110006	1.749,50
Compensação fin.		31-12-2016	31-12-2016	2719	7988	382.147,49 €				
Energia	9	31-12-2016	31-12-2016	2719	73321	2.175,57 €				
					Rendimentos	414.104,67				37.915,39

Notas:

Devem registar-se todos os movimentos contabilísticos do exercício entre entidades do perímetro de consolidação;

Para determinado registo, se o movimento de tesouraria não ocorreu até ao fim do exercício, este não deve constar neste mapa;

Os registos associados a mov. tesouraria efectuados no exercício devem ser incluídos neste mapa mesmo que o mov. económico tenha sido efectuado em exercícios anteriores.

2 - Saldos Transitados de Exercícios**Anteriores**

Documento			Saldos			
Tipo	N.º	Data	Data de Contabilização	Conta saldo devedor	Conta com saldo credor	Valor (€)
Dermoc.	101	15-12-2015	15-12-2015	2,1E+07		2.000,00 €
						2.000,00 €

Notas: Devem registar-se todos os saldos activos e passivos em aberto decorrentes de operações realizadas em exercícios anteriores, entre instituições do perímetro de consolidação;
Apenas devem constar conta de balanço (ficam excluídas classes 6 e 7).

Movimentos do Exercício – Termalístur / fornecedor:

Documento			Mov. Económico				Movimento Tesouraria			
Tipo	N.º	Data	Data de Contabilização	Conta debitada	Conta creditada	Valor (€)	Data de Contabilização	Conta debitada	Conta creditada	Valor (€)
Renda	1	21-01-2016	21-01-2016	62219		64.738,43				
Renda	2	26-02-2016	26-02-2016	62219		64.738,43				
Taxas	1655	25-02-2016	25-02-2016	63		25,03	25-02-2016	221110074		25,03
Renda	3	14-03-2016	14-03-2016	62219		64.738,43				
Renda	4	30-04-2016	30-04-2016	62219		64.738,43				
Renda	5	08-05-2016	08-05-2016	62219		64.738,43				
Renda	6	08-06-2016	08-06-2016	62219		64.738,43				
Renda	7	01-07-2016	01-07-2016	62219		64.738,43				
Renda	8	31-08-2016	31-08-2016	62219		64.738,43				
Renda	9	30-09-2016	30-09-2016	62219		64.738,43				
Renda	10	03-10-2016	03-10-2016	62219		64.738,43				
Transporte	7991	13-10-2016	13-10-2016	62227		24,66				
				24323		0,14				
Renda	11	21-11-2016	21-11-2016	62219		64.738,43				
Transporte	9208	14-12-2016	14-12-2016	6881		3.005,97				
				24323		14,80				
Renda	12	19-12-2016	19-12-2016	62219		64.738,43				
Renda	4	07-04-2015					28-12-2016	221110074		64.176,80
Renda	5	04-05-2015					28-12-2016	221110074		64.435,58
						779.931,76 €				128.637,41 €

Notas: Devem registar-se todos os movimentos contabilísticos do exercício entre entidades do perímetro de consolidação;
Para determinado registo, se o movimento de tesouraria não ocorreu até ao fim do exercício, este não deve constar neste mapa;

Os registos associados a mov. tesouraria efectuados no exercício devem ser incluídos neste mapa mesmo que o mov. económico tenha sido efectuado em exercícios anteriores.

2 - Saldos Transitados de Exercícios Anteriores

Documento			Saldos			
Tipo	N.º	Data	Data de Contabilização	Conta saldo devedor	Conta com saldo credor	Valor (€)
Transporte	3211	06-06-2014	06-06-2014		221110074	7,87
Transporte	6572	31-10-2014	31-10-2014		221110074	35,48
Transporte	6575	31-10-2014	31-10-2014		221110074	40,02
Transporte	6660	31-10-2014	31-10-2014		221110074	63,37
Transporte	6577	15-12-2014	15-12-2014		221110074	20,89
Transporte	6740	15-12-2014	15-12-2014		221110074	35,80
Transporte	6742	15-12-2014	15-12-2014		221110074	96,37
Transporte	6745	15-12-2014	15-12-2014		221110074	51,36
Transporte	6746	15-12-2014	15-12-2014		221110074	79,72
Transporte	6751	15-12-2014	15-12-2014		221110074	81,09
Transporte	7407	15-12-2014	15-12-2014		221110074	46,63
Transporte	8281	17-12-2014	17-12-2014		221110074	27,93
Transporte	8324	23-12-2014	23-12-2014		221110074	28,94
Transporte	780	16-01-2015	16-01-2015		221110074	47,17
Transporte	1439	22-02-2015	22-02-2015		221110074	44,58
Transporte	3557	30-04-2015	30-04-2015		221110074	44,44
Renda	6	08-06-2015	08-06-2015		221110074	64.435,58
Transporte	5274	21-06-2015	21-06-2015		221110074	44,01
Renda	7	01-07-2015	01-07-2015		221110074	64.435,58
Transporte	5808	31-07-2015	31-07-2015		221110074	23,65
Renda	8	31-08-2015	31-08-2015		221110074	64.435,58
Renda	9	30-09-2015	30-09-2015		221110074	64.435,58
Transporte	6583	01-09-2015	01-09-2015		221110074	43,51
Renda	10	03-10-2015	03-10-2015		221110074	64.435,58
Renda	11	08-11-2015	08-11-2015		221110074	64.435,58
Renda	12	14-12-2015	14-12-2015		221110074	64.435,58
						451.911,89 €

Notas:

instituições do perímetro de consolidação;

Apenas devem constar conta de balanço (ficam excluídas classes 6 e 7).

3.2 – Eliminação de investimentos financeiros nas entidades consolidadas

Os procedimentos de eliminação de investimentos financeiros foram seguintes:

Contas	Situação inicial		Movimentos Correção		Situação Consolidada		Descrição
	Valor Débito	Valor Crédito	Débito	Crédito	Valor Débito	Valor Crédito	
41 - Investimento Financeiros	4.569.864,01 €			4.561.914,61 €	7.949,40 €		Anulação do valor da participação da Termalístur, da WRC e da Município
49 - Provisões p/ inv financeiros		1.465.389,90 €	1.465.389,90 €				Anulação da provisão efectuada à participação financeira da Termalístur
59 - Resultados transitados	1.371.307,31 €			1.371.307,31 €			Anulação da provisão efectuada à participação financeira anterior a 2015, da Termalístur
6843 - Reforço de provisões	94.082,59 €			94.082,59 €			Reforço da provisão efectuada à participação financeira do ano 2016, da Termalístur
6843 - Reforço de provisões	39,82 €			39,82 €			Reforço da provisão efectuada à participação financeira do ano 2016, da Município
7962 - Redução de amortizações e provisões_provisões		274,82 €	274,82 €				Redução da provisão efectuada à participação financeira do ano 2016, da WRC
	6.035.293,73 €	1.465.664,72 €	1.465.664,72 €	6.027.344,33 €	7.949,40 €	0,00 €	

3.3 – Discriminação das diferenças de consolidação

Para o exercício de 2016, não foram apuradas diferenças de consolidação.

4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo e curto prazo

4.1 – Descrição do endividamento de médio e longo e curto prazo consolidado

A situação do endividamento consolidado de médio e longo prazo (alínea d) do n.º 7 do art. 75.º da LFL n.º 73/2013 de 3 de setembro), desagregado por, maturidade e natureza, é a seguinte:

Endividamento Consolidado de Médio e Longo Prazo

Designação das Contas	Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo			Eliminação e Créditos e dívidas recíprocas	Grupo Público Consolidado _MLP_2016
	Município de SPS	Termalístur	Total		
1	2	3	4=2+3	5	6=4-5
Dívidas a Instituições Financeiras	2.651.370,03 €	8.156.264,07 €	10.807.634,10 €	0,00 €	10.807.634,10 €
Fornecedores, c/c	357.665,56 €	0,00 €	357.665,56 €	0,00 €	357.665,56 €
Fornecedores de Imobilizado	0,00 €	178.851,54 €	178.851,54 €	0,00 €	178.851,54 €
Outros Credores	444.524,37 €	0,00 €	444.524,37 €	0,00 €	444.524,37 €
TOTAL	3.453.559,96 €	8.335.115,61 €	11.788.675,57 €	0,00 €	11.788.675,57 €

Endividamento Consolidado de Curto Prazo

Designação das Contas	Dívidas a Terceiros de Curto Prazo			Eliminação e Créditos e dívidas recíprocas	Grupo Público Consolidado _CP_ 2016
	Município de SPS	Termalístur	Total		
1	2	3	4=2+3	5	6=4-5
Dívidas a Instituições Financeiras _Empréstimos de CP	0,00 €	2.290.912,54 €	2.290.912,54 €	0,00 €	2.290.912,54 €
Dívidas a Instituições Financeiras _Empréstimos de MLP, a pagar em 2017	644.846,68 €	0,00 €	644.846,68 €	0,00 €	644.846,68 €
Fornecedores, c/c	719.589,94 €	1.270.386,91 €	1.989.976,85 €	1.231.818,62 €	758.158,23 €
Fornecedores, faturas em receção e conferência	394.771,26 €	0,00 €	394.771,26 €	3.582,80 €	391.188,46 €
Estado e Outros Entes Públicos	58.770,93 €	50.629,19 €	109.400,12 €	0,00 €	109.400,12 €

Fornecedores de Imobilizado	543.479,11 €	24.430,80 €	567.909,91 €	0,00 €	567.909,91 €
Outros Credores	794.278,68 €	1.333,99 €	795.612,67 €	0,00 €	795.612,67 €
TOTAL	3.155.736,60 €	3.637.693,43 €	6.793.430,03 €	1.235.401,42 €	5.558.028,61 €

4.2 – Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, e que se vençam nos 4 anos seguintes:

Ano 2017	
Fornecedores c/c	758.158,23 €
Estado e O.E.P.	109.400,12 €
Dívidas a inst financeiras	2.935.759,22 €
Fornecedores do imobilizado	567.909,91 €
Outros credores	795.612,67 €
Forn em receção e conf.	391.188,46 €
Administração Autárquica	
Outros empréstimos obtidos	
Total	5.558.028,61 €
Ano 2018	
Fornecedores	357.665,56 €
Estado e O.E.P.	0,00 €
Dívidas a inst financeiras	3.376.350,46 €
Fornecedores do imobilizado	24.430,80 €
Outros credores	121.695,00 €
Total	3.880.141,82 €
Ano 2019	
Fornecedores	0,00 €
Estado e O.E.P.	0,00 €
Dívidas a inst financeiras	852.642,85 €
Fornecedores do imobilizado	24.430,80 €
Outros credores	118.367,17 €
Total	995.440,82 €
Anos seguintes	
Fornecedores	0,00 €
Estado e O.E.P.	0,00 €
Dívidas a inst financeiras	6.578.640,79 €
Fornecedores do imobilizado	129.989,94 €
Outros credores	204.462,20 €
Total	6.913.092,93 €

5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros:

Apresenta-se a descrição dos saldos e dos fluxos financeiros _alínea d) do n.º 7 do art.º 75.º, da LFL n.º 73/2013:

Saldos e fluxos financeiros entre as entidades do grupo público										
Município de SPS / Termalístur, EM, SA										
<u>Obrigações / Pagamentos</u>						<u>Direitos / Recebimentos</u>				
Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos no exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					0,00 €					0,00 €
Subsídios					0,00 €					0,00 €
Empréstimos					0,00 €					0,00 €
Relações comerciais	3.276,50 €	1.749,50 €	1.749,50 €	3.276,50 €	0,00 €					0,00 €
Participações do capital em numerário					0,00 €					0,00 €
Participações do capital em espécie					0,00 €					0,00 €
Outros	8.440,08 €	414.605,05 €	2.000,00 €	34.638,89 €	386.406,24 €	583.545,04 €	776.910,99 €	0,00 €	128.637,41 €	1.231.818,62 €
Total	11.716,58 €	416.354,55 €	3.749,50 €	37.915,39 €	386.406,24 €	583.545,04 €	776.910,99 €	0,00 €	128.637,41 €	1.231.818,62 €

Termalístur, EM, SA / Município de SPS										
<u>Obrigações / Pagamentos</u>						<u>Direitos / Recebimentos</u>				
Tipo de fluxos	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos no exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências										
Subsídios										
Empréstimos										
Relações comerciais						3.276,50 €	0,00 €		3.276,50 €	0,00 €
Participações do capital em numerário										
Participações do capital em espécie										
Outros	583.545,04 €	776.910,99 €	0,00 €	128.637,41 €	1.231.818,62 €	8.440,08 €	412.605,05 €		34.638,89 €	386.406,24 €
Total	583.545,04 €	776.910,99 €	0,00 €	128.637,41 €	1.231.818,62 €	11.716,58 €	412.605,05 €	0,00 €	37.915,39 €	386.406,24 €

No quadro apresentado anteriormente - Termalistur - Obrigações / Pagamentos – o saldo inicial de 2016 (583.545,04€) não está coincidente com o saldo final de 2015 (971.193,64€), desta mesma linha. A diferença, no total de 387.648,60€, resulta dos movimentos associados a um contrato de cessão de créditos celebrado pelo Município, cujo detalhe se apresenta no ponto 9.1 do presente documento.

6. Informações relativas a compromissos

Tendo em conta que a empresa municipal Termalistur, EM, SA, não utiliza o sistema de registo de compromissos futuros nem qualquer outro que disponibilize informação semelhante, não se apresenta qualquer informação relativa aos acontecimentos desta empresa, referente ao exercício de 2016.

Apresentam-se, assim, os compromissos para exercícios futuros assumidos pelo Município de São Pedro do Sul:

Anos	2017	2018	2019	anos seguintes
Compromissos futuros	9.750.171,87 €	3.454.819,92 €	1.753.372,60 €	76.303,73 €

7. Informações relativas a políticas contabilísticas

7.1 Os critérios de valorimetria aplicados às rubricas das demonstrações financeiras, no exercício de 2016

Apresentam-se os critérios de valorimetria utilizados:

7.1.1 No MSPS:

Balanço

Imobilizado:

As aquisições e respectivas reconciliações foram efectuadas respeitando o princípio contabilístico do custo histórico. A valorização foi efectuada com base no custo de aquisição, de produção ou de avaliação, nos termos legais, de acordo com o critério a aplicar.

Relativamente às amortizações do exercício, foram utilizados métodos e taxas distintos cuja homogeneização não foi possível pelos motivos já referidos. Assim:

- No Município de S. Pedro do Sul, as amortizações foram calculadas pelo *método das quotas constantes, por duodécimos*, em função do tempo e da forma de utilização do respectivo bem,

nos termos do CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado) aprovado pela Portaria 671/2000;

Existências:

Atendendo às especificidades dos armazéns do Município de S. Pedro do Sul, adoptaram-se os seguintes procedimentos:

- O Armazém Vieira da Cruz e o Armazém de Econmato do Município de S. Pedro do Sul utilizaram o Sistema de Inventário Permanente, sendo as saídas de existências valorizadas pelo preço médio ponderado.

Dívidas de e a terceiros:

As dívidas de e a terceiros foram expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam

Disponibilidades:

As disponibilidades de caixa e de depósitos em instituições financeiras foram valorizadas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas, respectivamente.

Provisões:

Foram analisadas, de forma periódica, eventuais obrigações que resultam de eventos presentes e passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações ou a redução do activo referente a ajustamentos realizados em relação ao registado, conduziram a ajustamentos significativos, tendo por base o valor dos encargos ou perdas previstas.

7.1.2. Na Termalstur:

1. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (*modelo de custo*). Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente, durante um período que varia entre 3 e 5 anos, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os dispêndios com desenvolvimento para os quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente aos quais seja provável que o ativo venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizados. Os dispêndios com pesquisa e desenvolvimento que não cumpram os critérios atrás referidos são registados como gastos do período em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “*Outros rendimentos e ganhos*” ou “*Outros gastos e perdas*”.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	8 – 50
Equipamento administrativo	3 – 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 – 10

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição/produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes ativos são depreciados a partir do momento que estejam prontos para a utilização.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registados na demonstração dos resultados como “*Outros rendimentos e gastos*” ou “*Outros ganhos e perdas*”.

c) Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “*Financiamentos obtidos*”, e os juros incluídos no

valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registrados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período de contrato da locação.

d) Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como fórmula de custeio). A reversão de perdas por imparidades reconhecidas em períodos anteriores é registrada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como “*Imparidade de inventários (perdas/reversões)*”. Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registrados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

A Empresa utiliza o regime de inventário permanente, de acordo com o dispositivo no n.º 1 do artigo 12º do Decreto-Lei nº 158 / 2009, de 13 de julho.

e) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

f) Instrumentos financeiros

i. Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registradas ao custo e representadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registradas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a Empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como

gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ao parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

ii. Empréstimos

Os empréstimos são registrados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respectivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro nominal e contabilizadas na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

iii. Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registradas ao valor nominal. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

g) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

h) Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registrados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do *acrécimo*. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registradas nas rubricas “*Outras contas a receber e a pagar*” ou “*Diferimentos*”.

i) R dito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

j) Subsídios do Governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprir  as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos (no âmbito de programas de formação profissional), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “*Subsídios à exploração*” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balance -los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

k) Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Autoridade Tributária e Aduaneira durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos períodos de 2013 a 2016 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em cursos inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2010, de quatro anos nos períodos de 2010 e 2011, de cinco anos para os períodos de 2012 e 2013, e doze anos para os períodos posteriores, sendo possível a sua dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas “CIRC”, a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa 21%, acrescida de 1,5% a título de derrama. Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variam entre 10% e 35%, que incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica “Imposto sobre o rendimento do período”. No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis, com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associados, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

l) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, diuturnidades, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e

quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

m) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (*“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”*) são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (*“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”*), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas revelantes

a) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica *“Caixa e seus equivalentes”* os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e contratos de locação financeira.

3.3 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras individuais dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 incluem:

- Vidas úteis dos ativos tangíveis;
- Previsão para férias e subsídio de férias;
- Provisões para processos judiciais em curso;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.5 Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras Empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

8 - Informações relativas a diversas rubricas

8.1 – Descrição das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»

Os valores das despesas de instalação e de investigação e de desenvolvimento, bem como os valores registados em propriedade industrial e outros (que congrega a rubrica de projectos de investimento), registadas nas respectivas contas do activo do balanço consolidado dizem respeito a gastos da empresa municipal Termalitur, EM, SA, relacionados com a realização de projectos de investimento no âmbito da candidatura aos projectos SIME e NITEC. Todos estes activos encontram-se totalmente amortizados.

8.2 - Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado, constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, ajustamentos e provisões.

Activo Bruto:

(unidade:€)

Rubricas	Município de SPS + Termalitur EEM							
	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros	Abates	Transferências	Saldo Final
<u>De Bens de domínio público</u>								
Terrenos e recursos naturais	18.802,00						157.086,61	175.888,61
Edifícios								
Outras construções e infra-estruturas	56.431.740,05						369.917,57	56.801.657,62
Bens do património histórico, artístico e cultural								
Outros bens de domínio público								
Imobilizações em curso	3.691.738,69	-78.955,09	1.347.786,89				-523.086,55	4.437.483,94
Adiantamentos por conta de bens de domínio público								
	60.142.280,74	-78.955,09	1.347.786,89	0,00	0,00	0,00	3.917,63	61.415.030,17
<u>De Imobilizações incorpóreas</u>								
Despesas de instalação	6.564,01							6.564,01
Despesas de investigação e desenvolvimento	60.822,08							60.822,08
Propriedade industrial e outros direitos	704.138,93		20.929,38					725.068,31
Imobilizações em curso								
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas								
Projectos de Investimento	0,00							
	771.525,02	0,00	20.929,38	0,00	0,00	0,00	0,00	792.454,40
<u>De Imobilizações Corpóreas</u>								

Terrenos e recursos naturais	3.451.927,69	3.175,00	17.299,92	81.995,76			-19.246,47	3.371.160,38
Edifícios e outras construções	29.672.086,14	4.755,00	111.748,27	150.206,85			25.292,27	29.663.674,83
Equipamento básico	4.460.897,23		101.327,16				-5.829,93	4.556.394,46
Equipamento de transporte	2.443.446,80		189.324,45	42.253,15			-51.222,45	2.539.295,65
Ferramentas e utensílios	1.195.284,08	419,06	61.079,33				-4.499,05	1.252.283,42
Equipamento administrativo	2.596.497,91	756,99	69.951,92				-119.884,65	2.547.322,17
Taras e vasilhame								
Outras imobilizações corpóreas	1.784.119,19		19.843,36				-11.403,70	1.792.558,85
Imobilizações em curso	1.004.077,69	-24.864,81	151.583,91				-9.903,44	1.120.893,35
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas								
	46.608.336,73	-15.758,76	722.158,32	274.455,76	0,00	0,00	-196.697,42	46.843.583,11
De Investimentos Financeiros								
Partes de capital	10.485,01							7.949,40
Obrigações e títulos de participação	715.617,20							715.617,20
Investimentos em imóveis								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Outras aplicações financeiras								
Depósitos em instituições financeiras								
Títulos de dívida pública								
Outros títulos	5.000,00		5.470,34					10.470,34
Imobilizações em curso								
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros								
	731.102,21	0,00	5.470,34	0,00	0,00	0,00	0,00	734.036,94

Amortizações e Provisões:

(unidade: euro)				
Município de SPS + Termalístur EEM				
Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
De Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios				
Outras construções e infra-estruturas	31.510.758,70	2.676.034,74	-5.298,74	34.192.092,18
Bens do património histórico, artístico e cultural				
Outros bens de domínio público				
	31.510.758,70	2.676.034,74	-5.298,74	34.192.092,18

De Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	6.564,01			6.564,01
Despesas de investigação e desenvolvimento	60.822,08	8.286,23		69.108,31
Propriedade industrial e outros direitos				
Projectos de Investimento	627.324,79	68.735,93		696.060,72
	694.710,88	77.022,16	0,00	771.733,04
De Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Edifícios	4.617.673,84	460.174,48	19.593,65	5.058.254,67
Outras construções	685.307,71	68.501,21		753.808,92
Equipamento básico	3.130.923,55	219.471,68	5.829,93	3.344.565,30
Equipamento de transporte	2.179.523,56	56.915,66	92.235,00	2.144.204,22
Ferramentas e utensílios	1.040.473,25	49.373,70	3.705,75	1.086.141,20
Equipamento administrativo	2.215.611,45	154.993,72	119.049,26	2.251.555,91
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas	1.149.858,69	41.979,08	3.246,99	1.188.590,78
	15.019.372,05	1.051.409,53	243.660,58	15.827.121,00
De Investimentos em imóveis				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções:				
Edifícios				
Outras construções				
	0,00	0,00	0,00	0,00
De Investimentos Financeiros				
Partes de capital	0,00	0,00		0,00
Obrigações e títulos de participação				
Outras aplicações financeiras:				
Depósitos em instituições financeiras				
Títulos de dívida pública				
Outros títulos				
	0,00	0,00	0,00	0,00

8.3 – Montante das dívidas a terceiros cobertas por garantias reais prestadas, com indicação da natureza e norma habilitante.

- Existe uma hipoteca sobre o prédio urbano denominado “*Edifício Termal, Balneário*” a favor da Caixa Geral de Depósitos, S.A. como garantia do empréstimo feito à mesma no valor de 13.750.000€, em Março de 2008 (valor em dívida a 31/12/2016 é de 8.741.840,80€);
- Existe uma hipoteca sobre o prédio urbano denominado “*Silo Auto*” a favor da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL como garantia do empréstimo de conta corrente feito à mesma no valor de 700.000€, em Dezembro de 2016 (valor em dívida a 31/12/2016 é de 455.000,00€).

8.4 - Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respectivas funções

Remunerações dos membros dos órgãos executivos:

Câmara Municipal*	118.519,58€
Conselho de Administração	36.834,35€

* Remuneração líquida constante no mapa "Relação Nominal dos Responsáveis"

O Fiscal Único da Termalístur - Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A apresentou a seguinte remuneração (prestação de serviços - 500€/mês + IVA): valor anual com IVA é de 7.380,00€.

O Fiscal Único do Município de São Pedro do Sul apresentou a seguinte remuneração (prestação de serviços): valor anual com IVA incluído é de 9.594,00 €.

8.5 Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Código das contas	Custos e Perdas	2016	2015	Código das contas	Proveitos e Ganhos	2016	2015
681	Juros suportados	227.275,05 €	287.068,57 €	781	Juros obtidos	0,84 €	16,84 €
684	Provisões p/aplicações financeiras	94.082,59 €	494,10 €	784	Rendimentos de part. capital	863,59 €	
686	Desc. Pronto Pagamento	12,58 €		786	Desc. Pronto pagamento	146,79 €	
688	Outros custos e perdas financeiros	27.812,27 €	30.002,72 €	788	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00 €	-8,82 €
	Total Custos e Perdas	255.139,72 €	317.565,39 €		Total Proveitos e Ganhos	1.011,22 €	8,02 €
	Resultados Financeiros Consolidado	-254.128,50 €	-317.557,37 €				

8.6 - Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Código das contas	Custos e Perdas	2016	2015	Código das contas	Proveitos e Ganhos	2016	2015
691	Transferências de capital concedidas	36.687,30 €	63.144,23 €	791	Restituições de impostos	0,00 €	
693	Perdas em existências	7.315,84 €	3.496,49 €	793	Ganhos em existências	3.111,22 €	1.839,55 €
694	Perdas em imobilizado	32.397,73 €	179.236,25 €	794	Ganhos em imobilizado	164.289,96 €	80.407,59 €
695	Multas e penalidades	60.404,15 €	56.842,07 €	795	Benefícios de penalidades contratuais	58.774,14 €	32.153,84 €
		0,00 €		796	Reduções de amortizações e de provisões	86.451,45 €	16.458,88 €
697	Correções relativas a exercícios anteriores	106.384,38 €	74.190,73 €	797	Correções relativas a exercícios anteriores	83.822,43 €	369.073,96 €
688	Outros custos e perdas financeiros	189.069,21 €	109.217,39 €	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	644.549,28 €	670.009,98 €
	Total Custos e Perdas	432.258,61 €	484.377,66 €		Total Proveitos e Ganhos	1.041.548,12 €	1.159.778,03 €
Resultados Financeiros Consolidado		609.289,51 €					

8.7 - Explicitação dos movimentos das contas de Provisões

No Município de São Pedro do Sul:

A provisão, evidenciada na conta 292 – *Provisões para riscos e encargos*, de 287.524,75€, resulta de Processos Judiciais contra o Município de S. Pedro do Sul cujo desfecho é incerto.

A provisão, evidenciada na conta 396 – *Provisões para existências*, de 1.111,38€ resulta de risco ao nível das existências em armazém.

A empresa municipal, Termalistur - Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A não apresentou registo de provisões.

8.8 - Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira

O Município de São Pedro do Sul, no ano 2016 não registou operações de locação financeira.

A empresa Termalistur - Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A, tem desde o ano 2006 uma locação financeira (prazo de reembolso 15 anos) o qual tem por objecto o prédio urbano – Termas Lote 1, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 846 da freguesia de Várzea (piscinas dos Gerós) – Valor em dívida à data de 31/12/2016 é de 203.282,34€.

9. Informações diversas

9.1 – Cessão de Créditos associados a contrapartidas financeiras da Termalistur

O Município de São Pedro do Sul celebrou com o Banco Comercial Português, a 11 de dezembro de 2015, um contrato de cessão pontual de créditos com recurso, através do qual transmitiu à referida instituição financeira, os créditos vencidos relativos a contrapartidas financeiras da Termalistur, no valor de 387.648,60€. Ao abrigo deste contrato, a instituição cessionária adiantou ao município o montante total das contrapartidas financeiras cedidas, cabendo-lhe proceder à cobrança destes valores junto do devedor ao longo do ano 2016, nas datas convencionadas para o efeito. Tendo em conta os efeitos legais e financeiros do referido contrato, e pretendo compatibilizar a informação consolidada com os registos contabilísticos das contas individuais de ambas as entidades, considerou-se, na elaboração dos documentos consolidados e respetivos anexos, que, à data de 01 de janeiro de 2016 os valores cedidos se encontravam recebidos pelo Município.

9.2 - Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais

O mapa de Fluxos de Caixa Consolidado procura evidenciar as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos com relevância orçamental, ocorridos no exercício. Atendendo a que a entidade consolidada não dispõe de sistema contabilístico de base orçamental nem utiliza o classificador económico das receitas e despesas, o apuramento dos montantes por natureza económica não reflete, com total rigor, a discriminação dos montantes por natureza corrente e de capital, de acordo com o que dispõe o POCAL e o Decreto-Lei n.º 26/2002. Por forma a evidenciar o melhor possível a natureza de todos os fluxos financeiros, optou-se, na elaboração do mapa referido, por agrupar os movimentos das entidades consolidadas de acordo com a aproximação da sua natureza, objetivo e função na estrutura, agregando os montantes de natureza corrente com os resultantes de atividades operacionais, assim como, os montantes de capital com os relativos a atividades de investimento e financiamento, de acordo com a sua classificação nas demonstrações individuais do Município e da Termalistur, respetivamente.